

O PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS EM MINAS GERAIS

Autores: HUGO FONSECA MOREIRA, ANDRÉA CRISTINA GUIMARÃES, VALQUÍRIA DIAS FONSECA, ALAN PAULINO GONÇALVES DE ARAÚJO MOTA, FÁBIO FONSECA TELLES

Introdução

Designado a partir do conceito de *policy science*, o interesse sobre o estudo de políticas públicas teve a sua difusão iniciada a partir da década de 1950, nos Estados Unidos, sendo posteriormente disseminada para a Europa (em particular a Alemanha), onde a preocupação analítica principal se dava quanto a formulação conceitual do que seria este campo – inicialmente apregoadado apenas sobre o estudo de demandas (*inputs*) que afeririam resoluções (*outputs*) do sistema político (FREY, 2000). Contudo, as últimas décadas presenciaram um importante e significativo remonte sobre os moldes analíticos a partir dos quais as políticas públicas passaram a ser compreendidas, o que também resultou valorado enfoque sobre a necessidade de que estas sejam paulatina e frequentemente avaliadas, demandando a formulação de técnicas e desenhos metodológicos capazes de produzirem informações e conteúdos passíveis de serem interpretados (SERAPIONI, 2016; LAISNER & MARIO, 2014; GASPARINI & FURTADO, 2014).

No Brasil, em particular – sobretudo a partir das duas últimas décadas – o interesse sobre este campo de estudo tem sido bastante enfatizado, não apenas nos meios acadêmicos mas [em certa medida justificável] também pelos órgãos executivos e gestores de tais políticas, transformando as análises aferidas em um campo discursivo de disputa sobre o qual, de um lado (academia), tem sido dado enfoque à perspectiva crítica e analítica e, de outro lado (executivo), o enfoque proximal é dado à avaliação justificativa (*advogacy*) das tomadas de decisão (ARRETCHE, 2003; RADAELLI, 1995).

Destarte, independente da tendência analítica a que se filie o estudioso, um outro ponto de convergência que tem merecido destaque e demanda é a produção de dados e informações que permitam a geração de insumos e materiais de análise, assim como a consequente transparência pública sobre os gastos e investimentos dispensados pelo estado no gerenciamento destes programas (FARIA, 2003).

De modo especial, e não fugindo a esta regra, o Programa Água Para Todos (PAPT), promulgado a partir do Decreto nº. 7.535 de 26 de Julho de 2011, tem sido alvo de relevantes estudos, sobretudo de cunho avaliativo, a partir dos quais é possível tanto uma elucidação crítica quanto justificativa desta política. Entretanto, nenhum estudo publicado até hoje foi capaz de analisar os dados concretos de sua execução, sendo que – sem desmerece-los – a maioria das análises encontradas se referem a estudos de caso, regionalizados em pequenas amostras. Tal fato é justificável pelo simples fato de que os únicos dados disponibilizados sobre o PAPT nas plataformas de acesso público dizem respeito apenas ao investimento total e fracionário dispensado (ainda assim de modo não atualizado – contemplando apenas o período 2011/2013) e o total de cisternas construídas e/ou instaladas por unidade da federação, o que exigem do pesquisador a produção, a partir de seus próprios esforços, de dados que o permitam aferir quaisquer análises.

Dito isto, mesmo ainda não tendo sido os dados referentes à execução total do Programa disponibilizados nas plataformas de acesso público, os mesmos existem e podem ser solicitadas junto aos órgãos executores, o que está pulverizado pelos convênios que regem a sua execução, sendo, em alguns casos autarquias estaduais, federais ou municipais. Em Minas Gerais, um desses órgãos é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Norte e Noroeste de Minas Gerais (SEDINOR) que, através do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Noroeste de Minas Gerais (IDENE) foi responsável pelo gerenciamento e entrega de 33.183 cisternas de polietileno, divididos entre três convênios, oriundos do PAPT em 83 municípios do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.



Diante do exposto, essas informações foram devidamente solicitadas e prontamente fornecidas, a partir do que torna-se o objetivo do presente estudo uma análise descritiva e exploratória do perfil socioeconômico de 10.000 beneficiários do PAPT em Minas Gerais, visto que dos 33.183 dados existentes, 23.183 oriundos do convênio 782480/2013-MI não estão completamente validados, cabendo correções segundo informação do cedente.

Material e métodos

O estudo ora apresentado, de caráter descritivo e exploratório, versa sobre as informações contidas nos bancos de dados disponibilizados pela SEDINOR/IDENE e dizem respeito quanto ao perfil socioeconômico de 10.000 beneficiários do Programa Água Para Todos gerenciados pelo órgão no estado de Minas Gerais, sendo estes subdivididos em dois grupos distintos (conforme o convênio que originou a prestação de serviços), dos quais 6.388 beneficiários são pertencentes a 8 municípios da região Norte de Minas (Convênio 012/2012-DNOCS), 3.612 pertencentes a 11 municípios do Norte de Minas (Convênio 770399/2012-MI).

Os dados foram coletados por empresas privadas licitadas, tendo sido utilizada, como ferramenta de coleta, a Ficha de Cadastro validada e padronizada, a qual foi aplicada junto aos titulares dos benefícios quando do seu cadastramento. Deste modo, reportam informações declarativas, cujo responsabilidade pela veracidade é exclusiva do titular beneficiário que as declarou. Estes dados foram organizados em planilha matricial do *Microsoft Excel 2013*® a partir da qual foram dadas as primeiras tratativas, como a geração de filtros e classificação de grupos analíticos. Posteriormente, esta planilha foi convertida à extensão *.csv*, a partir da qual os dados foram analisados com auxílio do *R Software*, sendo usados os pacotes “*descr*” e “*Rcmdr*”, disponíveis no *Comprehensive R Archive Network (CRAN)* através do *CRAN package repositior*.

A apresentação dos dados está composta a partir de frequências absolutas e relativas.

Resultados e Discussões

A. Sexo e faixa etária

62,16% dos titulares dos benefícios são do sexo feminino enquanto 37,87% são do sexo masculino. A média de idade dos titulares foi de 53,94 anos e a mediana é de 54 anos, sendo que as faixas etárias com maior número de indivíduos foi de 51 a 60 anos (21,89%) e de 41 a 50 anos (20,24). Foi contado apenas um caso onde o titular possuía 18 anos (0,01%). Indivíduos com 19 a 30 anos somaram 5,9% e a faixa etária entre 31 a 40 anos somou 16,99%. Beneficiários com mais de 70 anos somaram 16,29% de todos os beneficiários.

B. Residentes

A quantidade de domicílios beneficiados que possuíam crianças residentes foi de 68,80% do total. Já quando calculada a quantidade de domicílios que possuíam residentes menores de 6 anos, o mesmo foi possível observar em 27,85% das residências, atingindo um total de 2.503 crianças com idade igual ou inferior a 6 anos. O número de residências que possuem crianças/jovens frequentando a escola foi igual a 4.264, somando um total de 8.284 crianças/jovens matriculados.

Quanto ao número de residências residida por idosos, foi observada a proporção de 23,89% dos domicílios, somando 3.221 idosos atendidos diretamente pelos benefícios entregues. Em 4,62% do domicílios atendidos também foi observada a residência de pessoas com algum tipo de deficiência (física, mental etc.), somando 504 deficientes ao todo.

A soma total de pessoas diretamente beneficiadas (residentes nos domicílios atendidos) foi de 22.009 pessoas, sendo uma média de 2,2 pessoas por residência.

C. Ocupação e renda

A principal ocupação declarada pelos titulares dos benefícios foi *Agricultor* (54,52%), seguido por *Aposentado* (31,9%). 10,39% declararam não possuir ocupação e 3,19% declararam outras ocupações. Quanto à renda familiar declarada, 46,49% disseram possuir renda na faixa de R\$501 a R\$1.000 reais, enquanto 32,54% possuíam renda familiar na faixa de R\$101 a R\$200 reais. 1,94% possuem renda familiar abaixo de R\$100,00 e 1,76% têm a renda

acima de R\$1.000 reais. A renda familiar média foi de R\$477,89 reais, sendo a mediana igual a R\$500 reais.

A renda *per capita* observada girou entorno da média R\$270,94 reais, sendo a mediana igual a R\$224,00 reais. A faixa de renda *per capita* com maior frequência, portanto, foi a de R\$101 a R\$250 reais, com 44,06% do total, seguido pela faixa de vai de R\$251 a R\$500 reais (27,24%). Em 3,95% dos domicílios a renda *per capita* era de até R\$50 reais, enquanto em 12,3% variava na faixa de R\$501 a R\$1.000 reais. Apenas em 0,36% das residências foi observada renda *per capita* superior a R\$1.000 reais.

Comparada a renda *per capita* à ocupação, é notório que a precipitação entorno das maiores rendas *per capita* s está relacionada aos beneficiários que declararam como ocupação principal a *Aposentadoria*. 91,67% de todos aqueles com renda *per capita* acima de R\$1.000 reais declararam a aposentadoria como ocupação principal. Daqueles que declararam renda na faixa entre R\$501 a R\$1.000 reais, 70,0\$ também são aposentados, contra 24,07% de agricultores. Já entre o total de beneficiários que declararam renda *per capita* inferior ou igual a R\$50 reais, 70,13% também declararam como ocupação principal a agricultura, contra 14,68% dos que disseram não possui ocupação. Tal padrão se repetiu entre os que declararam renda *per capita* na faixa entre R\$51 a R\$100 reais, sendo 73,86% constituído de agricultores, contra 18,36% que disseram não possuir ocupação.

D. Acesso a água

O acesso à água para consumo humano variou entorno de 19 tipos de fontes distintas e autodeclaradas, sendo que a maior parte dos domicílios declarou a utilização de água de *Poço* (37,47%), seguido por *Rio/Riacho* (16,40%), *Córrego* (12,55%) e *Nascentes* (11,65%). Apenas 14,68% dos beneficiários declararam utilizar algum tipo de tratamento da água advinda dessas fontes, do que 86,44% destes que tratam a água, utilizam a filtragem como única forma de tratamento.

A distância percorrida para o acesso à água é diversa, sendo que 24,39% dos beneficiários disseram percorrer entre 1 e 2 km. 23,23% percorrem um trajeto que varia entre 2 e 3 km e 22,86% têm o trajeto percorrido medido entre 3 e 4 km. 13,77% percorrem caminhos inferiores a 1 km e 15,75% dos beneficiários se deslocam distância acima de 4 km para conseguir água. A frequência semanal deste trajeto também foi diversa, sendo que 25,62% disseram percorrer diariamente, enquanto 24,81% percorrem de 4 a 5 vezes na semana. Outros 24,78% fazem o trajeto entre 2 e 3 vezes na semana enquanto 24,79 se deslocam 1 vez na semana em busca de água.

Foi medido, ainda, a quantidade de viagens realizadas, quando percorrido o trajeto até a fonte. 44,05% dos beneficiários disseram realizar apenas 1 viagem enquanto outros 43,58% fazem 2 viagens. 6,46% realizam 3 viagens e 5,91% tem que realizar mais de 4 viagens quando vão à procura de água.

Conclusões e Considerações Finais

O estudo das informações que descrevem o perfil do beneficiários ora descritos permite a colocação de algumas ponderações analíticas, sendo que primeiro ponto de destaque diz respeito à significativa diferença de participação entre beneficiários do sexo feminino e masculino.

A justificativa para esta distinção proporcional está no fato de que o principal documento apresentado para o cadastro das famílias foi o Número de Inscrição Social (NIS), necessário também para o recebimento de outros benefícios sociais, dentre eles o Bolsa Família. Visto que a grande maioria destes benefícios, sobretudo o Bolsa Família, têm como titular as “mães de família”, não foi surpresa a expressiva quantidade de mulheres requerendo, também, a titularidade dos benefícios entregues pelo PAPT. Isto também pode ser notado quando cruzados os dados sobre o sexo em comparado à proporção daqueles que disseram participar do Programa Bolsa Família (PBF), o que reporta o apontamento de que dos 7.821 beneficiários do PBF, 66,53% (5.203) são do sexo feminino.

O segundo ponto de destaque diz respeito à distribuição da população pelas faixa-etárias categorizadas, o que deu prevalência à participação de indivíduos entre a meia idade e idosos, sendo muito pequena a participação de jovens. Se analisados os microdados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), para a soma da contagem populacional dos mesmos municípios – considerada, ainda, apenas a porção rural – é possível perceber que a proporção de residentes para a faixa-etária dos 19 a 30 anos é de 16,82%, sendo de 12,22% para a faixa entre 31 a 40 anos, 11,76% dentre os que variam dos 41 aos 50 anos, 10,63% para quem está entre 51 e 60 anos, sendo contados, ainda, 8,11% para aqueles com idade entre 61 e 70 anos e 6,11% para os que possuem mais de 70 anos.



Ainda sobre a quantidade de pessoas atendidas pelo PAPT, chamou a atenção que 41,39% são crianças/jovens na escola, sendo ainda que 11,37% fossem crianças com idade igual ou inferior a 6 anos, enquanto que 14,63% são idosos, o que traduziu uma proporção significativa de pessoas diretamente atendidas pelos beneficiários.

Já a quantidade de deficientes atendidos não foi nem próximo do índice esperado para a o total população rural daqueles municípios.

Agradecimentos

Agradecemos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR), ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE) e à empresa Aponte Dados Pesquisa e Consultoria Ltda. pela disponibilização dos dados que possibilitaram este estudo.

Referências

ARRETICHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev./2013.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, fev./2003.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun./2000.

GASPARINI, Max Felipe Vianna; FURTADO, Juarez Pereira. Avaliação de Programas e Serviços Sociais no Brasil: uma análise das práticas no contexto atual. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 122-141, mar./2014.

LAISNER, Regina Cláudia; MARIO, Camila Gonçalves. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Rev. Políticas Públicas**, São Luiz, v. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez., 2014.

RADAELLI, Claudio. The role of knowledge in the policy process. **Journal of European Public Policy**, v. 2, n. 2, p. 159-183, 1995.

SERAPIONI, Mauro. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Rev. Fac. Letras Univ. Porto**, v. 31, p. 59-80, 2016.